

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR DOUTOR DIRCEU DE MELLO PRESIDENTE
DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DOUTOR SEBASTIÃO AMORIM, PRESIDENTE DESTA
CORTE, NA PESSOA DOS QUAIS EU SAÚDO TODOS OS MEMBROS, CONVIDADOS E
INTEGRANTES DA MESA.

MEUS COLEGAS DO E. SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL.
MINHAS SENHORAS MEUS SENHORES.

Otacílio Ferraz Felisardo
Juiz

Assumo o cargo de JUIZ do Segundo Tribunal de Alçada Civil, reiterando meu firme propósito de lutar pela Justiça e pelo Poder Judiciário, mais forte, independente e respeitado.

Tenho consciência de minha responsabilidade, diante do prestígio adquirido pelo E. Segundo Tribunal de Alçada Civil, ao longo de sua existência, contribuindo para o aprimoramento jurídico nacional.

Acresça-se a isso, a alegria de ouvir palavras tão bondosas de figuras exponenciais da Magistratura, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, dos fraternais amigos Irineu Antonio Pedrotti, Paulo Roberto Grava Brazil e Walter Piva Rodrigues.

Irineu Antonio Pedrotti, Digno Magistrado desta Corte, amigo de longa data, desde os tempos de Juiz Substituto nas Circunscrições Judiciárias de Marília, Assis e Ourinhos, onde trabalhamos.

Paulo Roberto Grava Brazil, Ilustre Procurador de Justiça, Digno Promotor de Justiça na Quarta Vara Cível de São Bernardo do Campo, nos idos de 1985 cuja amizade compartilho com alegria.

Walter Piva Rodrigues, Ilustre Advogado e Professor na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, meu amigo desde os bancos escolares, no Instituto de Educação Dr. Clybas Pinto Ferraz, em Assis.

A esses inextinguíveis amigos a certeza de minha amizade.

Ofereço esta honraria a meus pais, Agenor e Maria Augusta, que não mediram esforços e sacrifícios na educação e formação dos filhos, educando-os segundo princípios éticos e religiosos mais rígidos. Tenho certeza de que, ao lado do Altíssimo, estão felizes, compartilhando da alegria de todos nós.

Agradeço a presença dos Drs. Oswaldo Trevisan e Antonio Carlos Bernardo, meus professores em Assis, no curso ginásial e na Faculdade de Filosofia, que muito contribuíram na minha formação acadêmica e humanística.

O tema em debate nos últimos dias e que tem motivado discussões mais acentuadas é a reforma do Judiciário.

O Brasil é um país de grandes disparidades econômicas e sociais.

Há hoje em dia um consenso de que o Judiciário é uma instituição com problemas, que precisam ser resolvidos. A reforma do Judiciário pode parecer, à primeira vista, uma tarefa simples.

O que se observa, porém, é que a despeito de outras reformas, a do Judiciário começa mal.

Por ocasião de sua aposentadoria, o Desembargador Francisco de Assis Vasconcelos Pereira da Silva, em carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, manifestou sua inquietação pelo momento atual:

“Enrystecido e perplexo, enquanto juiz e cidadão, assisti ao longo da nobilitante carreira, o indisfarçável aviltamento da magistratura nacional, por iniciativa ou com a complacência de governantes sem formação jurídica, desconhecedores de princípios fundamentais de Direito e, talvez por isso, insensíveis ao papel do Judiciário como pilastra básica do Estado de Direito e da Democracia, que muita vez afrontam, guiados por interesses subalternos e inconfessáveis, no que têm respaldo na “mídia” desinformada”. (D.O.E. Poder Judic.: São Paulo, 69 (102), quarta feira, 02 de junho de 1999, Caderno 1 – Parte I, pág. 2).

A enésima tentativa de reformar o Judiciário brasileiro tem como relator o deputado Aloysio Nunes Ferreira Filho, que apresentou ao projeto um conjunto de quarenta e nove emendas.

Boa parte do que consta da reforma já estava no projeto de Joaquim Nabuco, que tentou a primeira reforma do Judiciário, há cerca de 150 anos, em meados do século passado.

Todavia, interesses subalternos e inconfessáveis tumultuam a pauta de negociações, deflagrando acusações e ofensas entre os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, conforme noticiam os jornais e a televisão.

A modernização da Justiça é fundamental para a consolidação da democracia, em especial pelo impacto que tem no mundo econômico.

A sociedade deseja uma Justiça rápida, imparcial e razoável nos custos.

Nossos representantes devem deixar de lado interesses pessoais e disputas políticas em prol de um bem maior, em benefício da coletividade. O espírito público deve prevalecer na reforma de um dos Poderes da República, que constitui a pedra fundamental de qualquer sistema democrático.

Qualquer reforma deve ter como pressuposto fundamental a independência do Judiciário. Não há Estado Democrático e de Direito sem Judiciário independente.

Não existe Judiciário independente sem as garantias constitucionais da Magistratura.

Sou um Juiz de carreira. Sempre dei de mim, desde o início, o melhor de meus esforços para cumprir meu dever, não medindo sacrifícios.

A caminhada ao Tribunal foi longa, determinada por sacrifícios pessoais e familiares.

Valeu a pena?

Respondo que sim

Desde o início, na Circunscrição Judiciária de Marília, passando por Cândido Mota, São Bernardo do Campo, 13ª Vara Criminal da Capital, Substituto em Segunda Instância e Assessoria na Presidência do Tribunal de Justiça, os momentos difíceis foram superados por momentos de felicidade e alegria, ao lado da família e de inúmeros amigos em todas as Comarcas.

O relacionamento com os advogados e promotores trouxe também amigos, ressaltando que no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional é imprescindível o advogado, é irremovível o Ministério Público.

Em Segunda Instância, novos amigos, no Tribunal de Alçada Criminal, no Tribunal de Justiça, na Seção Criminal e na Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça.

A acolhida neste Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil muito me comoveu. A atenção dispensada por Vossa Excelência, pelo Exmo. Vice-Presidente e funcionários. Muito obrigado.

Integro a 3ª Câmara onde tenho amigos Aclibes Burgarelli, Mílton Sanseverino, Cambrea Filho, Antonio Benedito Ribeiro Pinto e Carlos Stroppa.

O reconhecimento à minha família.

À Irene, sempre ao meu lado, nas horas difíceis e alegres, na advocacia ou no magistério na Faculdade de Direito, sempre preocupada com a educação e formação dos filhos.

Aos meus filhos, Paulo Roberto e Fernando Henrique pelo carinho e compreensão, diante dos inúmeros compromissos assumidos e pouca atenção que lhes dispense. São bons filhos.

A minha irmã, Eloisa, que não mediu esforços para estar presente e também pelo carinho e atenção dispensados aos meus pais.

Agradeço a Deus, Pai Eterno, por tudo o que me proporciona especialmente por ter me concedido a graça de estar reunido com todos, nesta tarde.

Feliz o país em que a posse de um magistrado atesta o apreço de que goza a Justiça entre nós.